

# Para um modelo do estudo de abstenção eleitoral em Portugal: Um estudo exploratório (\*)

LUÍS RETO (\*\*)

FRANCISCO NUNES (\*\*\*)

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo assume-se como uma contribuição para a análise dos fenómenos associados ao comportamento abstencionista e ensaia a elaboração de um modelo que permita estudar este assunto. São utilizadas para esse efeito um conjunto de dimensões mais alargado do que as tradicionais variáveis socio-económicas e demográficas, vulgarmente utilizadas nos esquemas explicativos, a que recorrem os institutos de sondagens e de estudos de opinião.

O problema da participação dos cidadãos nas sociedades democráticas tem vindo a conhecer um interesse crescente dado que os sistemas e as figuras políticas se confrontam com um desinteresse progressivo por parte de vastos sectores populacionais. Um dos indicadores directos desta desmobilização cívica é a proporção crescente de eleitores que opta por não participar nos

actos eleitorais. A título de exemplo, refira-se que no período de 1983 a 1995, a abstenção nas eleições legislativas passou de 22.2% para 32.8%. Esta variação, mesmo contendo uma elevada margem de abstenção técnica, é reveladora que a tendência abstencionista tem vindo a acentuar-se.

O modelo a desenvolver integra as contribuições da teoria da acção reflectida de Ajzen e Fishbein (1980), do modelo cognitivo desenvolvido por Himmelweit, Humphreys e Jaeger, (1985) e a proposta de cariz mais sociológico de Mayer e Perrineau (1992). Tendo em conta estas referências, desenvolveu-se um guião para entrevista em profundidade e seleccionou-se um grupo de 8 abstencionistas, abrangendo todo o espectro político e ideológico nacional (da extrema esquerda à extrema direita). Com o resultado da análise de conteúdo das referidas entrevistas e seguindo algumas das sugestões de Strauss e Corbin (1990) sobre a *Grounded Theory* e dos modelos citados, termina-se o artigo com um ensaio de modelo compreensivo do abstencionismo eleitoral.

---

(\*) Este trabalho foi realizado no âmbito de um projecto de investigação sobre as causas do abstencionismo eleitoral em Portugal, encomendado pela Comissão Nacional de Eleições.

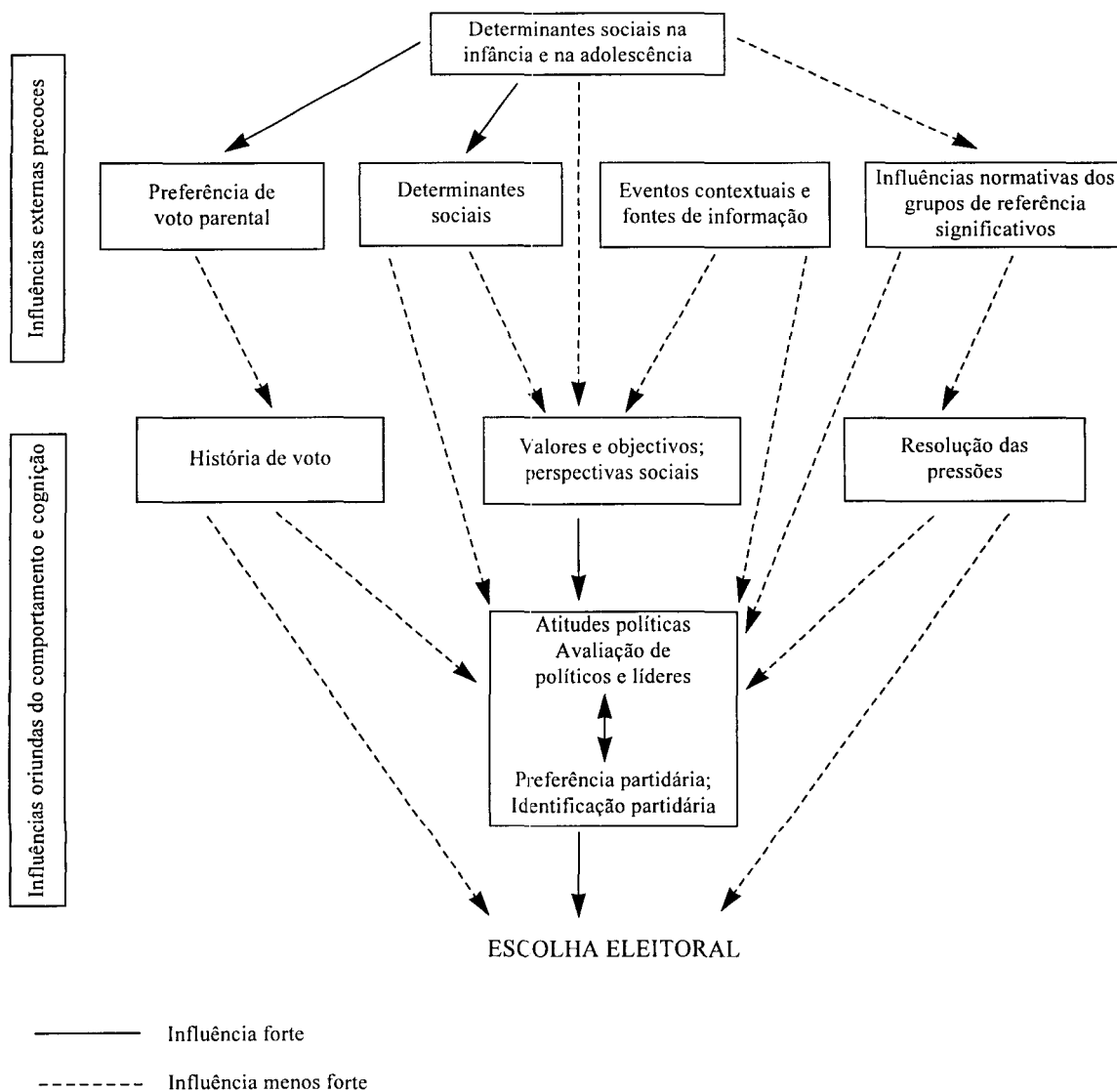
(\*\*) Professor associado, ISCTE. Director da SEMARTE, Consultoria, Formação e Marketing, Lda.

(\*\*\*) Director de estudos da SEMARTE, Consultoria, Formação e Marketing, Lda.

## 2. MODELOS EXPLICATIVOS DOS COMPORTAMENTOS ELEITORAIS

Neste ponto apresentaremos uma breve sín-

FIGURA 1  
**Modelo cognitivo (Himmelweit, Humphreys, & Jaeger, 1985)**



tese de dois modelos compreensivos dos comportamentos eleitorais oriundos da Psicologia Social, a teoria da acção reflectida (Ajzen, & Fishbein, 1980) e o modelo cognitivo (Himmelweit, Humphreys, & Jaeger, 1985), bem como as reflexões de Mayer e Perrinoud (1992) sobre o problema da participação política.

### 2.1. O modelo cognitivo

Este modelo foi desenvolvido por Himmel-

weit, Humphreys e Jaeger (1985). Os autores baseiam-se numa abordagem que designam por «Socio-psicológica», na medida em que confere uma importância particular ao contexto social no qual as eleições se desenvolvem, aos valores dominantes, sociais e individuais, e ao modo como evoluem as ideias políticas, ou seja, como estas se desenvolvem, cristalizam, são postas em prática e são transformadas. A Figura 1 contém o modelo, tal como esquematizado pelos autores.

Os enunciados seguintes sintetizam os elementos fundamentais desta proposta:

- os eleitores são indivíduos activos, sendo que se encontram particularmente disponíveis para procurar o melhor ajustamento entre os programas partidários e as suas expectativas e interesses. A intensidade da procura da informação sobre os partidos, apresenta variabilidade de indivíduo para indivíduo;

- uma determinada opção de voto é influenciada pelo modo como cada um resolve as pressões sociais, pela história pessoal de voto e, principalmente, pelas atitudes políticas e preferências partidárias;

- as atitudes políticas e atitudes partidárias dependem, amplamente, dos valores e objectivos sociais e pessoais que os indivíduos perfolham, sendo que é também relevante o efeito do nível da escolaridade, do estatuto social e profissional, bem como dos acontecimentos políticos e económicos, das mudanças sociais e da informação disponível;

- são ainda de considerar os efeitos da socialização política precoce e das pressões dos grupos de referência.

## 2.2. *O modelo da acção reflectida*

Criado por Ajzen e Fishbein (1980), pode afirmar-se que este modelo visa constituir uma solução para o problema da discrepância entre atitudes e comportamentos (ver Figura 2). Com efeito, os autores defendem que os estudos realizados no sentido de prever o comportamento a partir do conhecimento das atitudes têm falhado pelo facto de medirem atitudes gerais e tentarem prever comportamentos específicos. Nesta acepção, um comportamento específico é bem definido no tempo, está orientado para um alvo concreto e é gerado em determinado contexto, pelo que a sua previsão implica a análise das atitudes ao mesmo nível.

A teoria da acção reflectida, aplicada ao comportamento eleitoral, pode ser resumida nos enunciados seguintes:

- o melhor preditor do comportamento de voto é a intenção comportamental, desde que esta última seja medida ao mesmo nível de especificidade e focalização que o primeiro;

- a intenção deriva quer das atitudes face aos comportamentos, quer da norma subjectiva;

- a atitude é determinada, por um lado, pelas crenças de que o comportamento de voto conduzirá a certos resultados, tais como os propostos pelos programas eleitorais dos partidos ou candidatos e, por outro, do valor que o eleitor confere a cada resultado possível;

- a norma subjectiva deriva quer daquilo que o eleitor julga serem os comportamentos de voto desejáveis por parte dos grupos de referência, quer do grau de motivação que o indivíduo experimenta para seguir os grupos de referência em matéria eleitoral;

- as variáveis demográficas (sexo, idade, profissão, etc.), as atitudes gerais face à política ou políticos e os traços de personalidade, constituem variáveis de contexto que apenas operam de maneira indirecta na determinação do comportamento de voto.

## 2.3. *Perspectivas sociológicas sobre a participação política*

A literatura a este nível é extraordinariamente vasta não cabendo nos objectivos deste trabalho, fazer uma revisão exaustiva dos modelos existentes. O recurso às teorias da participação política tem neste caso um valor meramente instrumental, na medida em que a variável da participação política parece ser importante para explicar o comportamento abstencionista.

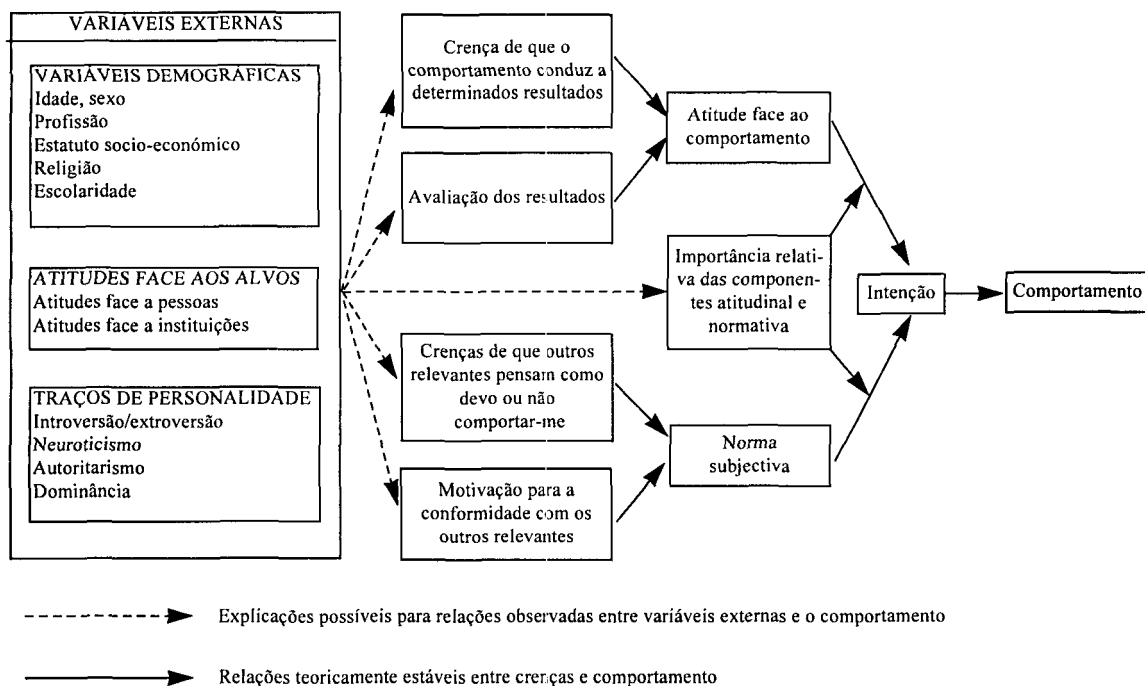
De facto são numerosos os trabalhos que demonstram existir uma forte correlação entre o acto de votar e os indicadores de participação política (Verba et al., 1972; Milbrath et al., 1977; Barnes et al., 1979). Esta participação política vai desde situações relativamente passivas (expôr-se a estímulos sociais e políticos) até ao envolvimento activo (militância numa organização política).

Partindo da evidência empírica disponível os autores referidos utilizam o seguinte conjunto de variáveis, para caracterizar e medir a participação política:

- Exposição à informação;
- Contacto com políticos;
- Activismo eleitoral;
- Activismo local.

Por outro lado a problemática da apatia política em regime democrático tem sido discutida

FIGURA 2  
O modelo da acção reflectida (Ajzen, & Fishbein, 1980)



principalmente a partir de duas grandes correntes.

A *teoria elitista* Dye e Zeigler (1970) que defende que um sistema político democrático deve ter duas metas bem definidas: governar e responder às necessidades dos cidadãos. Torna-se assim necessário, para manter o equilíbrio entre poder governamental e a receptividade do governo, ter atitudes políticas associadas quer à submissão quer à participação.

Após terem distinguido três tipos de cultura política: paroquial, sujeição e participação, Almond e Verba (1980) concluem que a cultura cívica é uma cultura política heterogénea onde certos indivíduos são politicamente activos (não estando ausente a cultura paroquial e de sujeição) e onde outros assumem um papel mais passivo. A estabilidade política dos sistemas democráticos assenta nesta mistura entre o núcleo de cidadãos activos e a massa dos cidadãos indiferentes. O problema não está em garantir que todo o cidadão seja activo, está sim no garantir a possibilidade de este agir.

Nesta perspectiva a dicotomia governantes-

-governados é irreduzível e o carácter democrático de um sistema político mede-se mais pela diversidade das suas elites do que pela intensidade de participação dos governados.

Por outro lado a *teoria da ilusão* Gaxie (1978) vai mesmo ao ponto de assumir que a possibilidade de qualquer cidadão participar politicamente é um engano mantido pela «ideologia da participação». O exercício de uma verdadeira democracia pressupõe uma competência política igualmente repartida por toda a população. Tal não é o caso, já que a competência política está na posse de uma minoria não se reconhecendo a maioria dos cidadãos socialmente habilitados a ocupar-se de assuntos políticos.

Para Gaxie (1978) a participação política é uma artimanha ideológica que esconde o fosso entre as actividades de massa (voto, leitura de jornais, discussão política, etc.) e as actividades especializadas (candidatura e militância). Este apresenta dois grandes grupos os profissionais e os activos por um lado e os espectadores e indiferentes por outro. A participação é reservada às classes dominantes, as dominadas estão privadas

de meios materiais, intelectuais e de legitimidade para exprimir a sua opinião.

Lancelot (1968) tem por sua vez uma ideia diferente sobre o problema da participação política postulando que não é possível reduzir este problema a uma clivagem entre dois grupos (o grupo dominante participativo e o grupo dominante apático). Para este autor a participação política do indivíduo está directamente relacionada com o seu grau de integração na colectividade em que se insere, e com o sistema e a conjuntura política existente.

No quadro do presente trabalho a participação política compreende: o acto de voto, os comportamentos ligados aos partidos políticos e actividade social, bem como a exposição a estímulos políticos.

#### 2.4. O quadro de referência utilizado neste estudo

Uma breve análise dos dois modelos que acabamos de expôr mostra que ambos são modelos complexos, na medida em que fazem intervir na explicação dos comportamentos de voto, factores de contexto, características pessoais dos eleitores e a situação eleitoral em causa. No dois casos, os factores de natureza cognitiva desempenham um papel central, sendo que a capacidade explicativa e preditiva demonstrada por ambos pode considerar-se satisfatória.

Contudo, perante a natureza do problema deste estudo – *a abstenção eleitoral em Portugal* – estes modelos apenas parcialmente são adequados, na medida que se encontram vocacionados para explicar as opções de voto, e não a ausência do comportamento. Com efeito, os modelos apenas seriam adequados nos casos em que a abstenção fosse um comportamento com significado político equivalente à opção por um partido ou candidato específico, em determinadas eleições. Ora, o presente trabalho visa conhecer, de um modo genérico, os factores associados à abstenção eleitoral portuguesa, e não explicar ou prever o comportamento eleitoral nas próximas eleições.

Por esta razão optou-se por desenvolver um modelo distinto dos anteriores, se bem que integre boa parte das variáveis já contidas nos mesmos. Aos dois modelos que temos vindo a seguir juntaram-se algumas variáveis sociológicas refe-

renciadas nas teorias sobre a participação política em sistema democrático, referidas no ponto 2.3. Este conjunto de variáveis foram agrupadas sob a denominação genérica de «Envolvimento na actividade política». Na Figura 3 encontra-se uma esquematização do modelo de partida para a realização deste estudo qualitativo e exploratório.

Consideraram-se três níveis de explicação. O primeiro, integra as variáveis estruturais, ou seja, as determinantes do comportamento eleitoral que se encontram mais estabilizadas e que são de difícil mudança. O segundo comporta variáveis atitudinais, as quais desempenham um papel moderador; estas variáveis integram a informação que os eleitores possuem sobre a política e os políticos, os afectos que estas instâncias despertam, e o modo como os indivíduos se relacionam (aderem) à actividade política, seja através da exposição a estímulos políticos, seja pela discussão e participação política explícita.

O terceiro nível remete para a variável a explicar, o comportamento eleitoral, o qual, por não se encontrar no presente estudo ancorado em qualquer eleição em particular, foi definida como *comportamento abstencionista*.

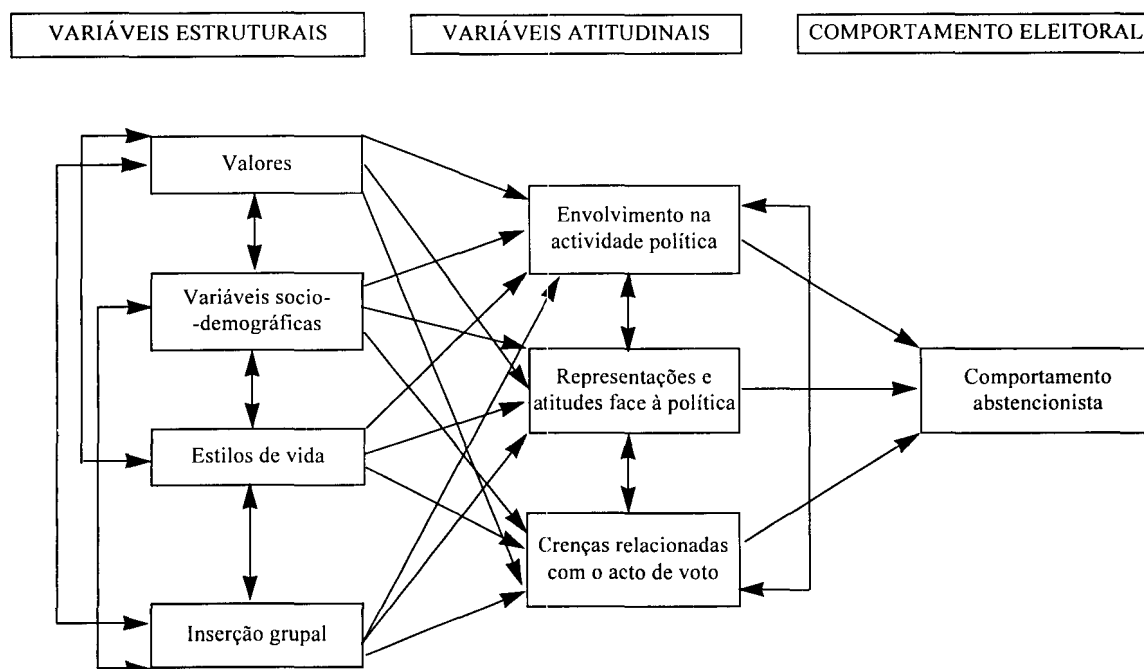
Para além da diferença fundamental anteriormente assinalada entre o modelo que aqui se propõe e os dois modelos psicossociais expostos, este contém, como acabámos de referir, ainda uma outra diferença fundamental: integra a possibilidade de o envolvimento na actividade política influenciar, em determinadas circunstâncias, os valores, os estilos de vida, e algumas variáveis socio-demográficas.

### 3. MÉTODO

Participaram neste estudo 8 sujeitos que tiveram pelo menos uma vez na sua vida política um comportamento abstencionista. Para além da variável abstencionismo teve-se em conta na estratificação da amostra a idade, a profissão, o padrão de comportamento de voto e a orientação política de cada indivíduo (Quadro 1).

Os dados foram recolhidos através de uma entrevista em profundidade, cujas perguntas se deduziram do modelo anteriormente exposto. O Quadro 2 contém a descrição das variáveis, acompanhada de exemplos de perguntas.

FIGURA 3  
**Quadro de referência para a análise da abstenção em Portugal**



QUADRO 1  
*Caracterização dos entrevistados*

Sujeito	Idade	Profissão	Orientação política
1	25	Consultor	Centro esquerda
2	21	Estafeta	Centro direita
3	64	Reformado (Militar)	Esquerda
4	28	Gerente comercial	Direita
5	43	Director de empresa	Direita
6	38	Sociólogo	Esquerda
7	60	Empresário	Esquerda
8	31	Comerciante	Apolítico

QUADRO 2  
*Extracto do guião de entrevista derivado do modelo*

DIMENSÃO DO MODELO	PERGUNTAS
<i>1. Envolvimento na actividade política</i>	<p>Como se informa sobre a política nacional ou local? (Lê jornais, programas de TV, participa em debates)</p> <p>Discute política com amigos ou colegas de trabalho?</p> <p>Pertence a algum partido político? Já pertenceu? Foi militante?</p>
<i>2. Inserção grupal</i>	<p>Para além do partido e da associação a que pertence (caso tenha sido obtida uma resposta afirmativa na secção anterior), a que outros grupos pertence? (p. ex., religião, operários, etc.)</p> <p>Considera que os grupos a que pertence são importantes para a sua vida? Se sim, em que medida?</p>
<i>3. Representações e atitudes face à política e aos políticos</i>	<p>De um modo geral, o que pensa do modo como se faz política em Portugal?</p> <p>No caso particular dos políticos, como avalia a sua actividade? Na sua opinião, o que os motiva para o exercício de funções deste tipo?</p> <p>Quais as entidades (p. ex., o governo, o presidente, o parlamento, etc.) são mais influentes na vida nacional? E na regional/local?</p>
<i>4. Valores</i>	<p>Quais são os seus objectivos de vida principais?</p> <p>Do seu ponto de vista, que princípios deveriam os políticos respeitar no modo como trabalham?</p>
<i>5. Crenças relacionadas com o acto de voto</i>	<p>Se se absteve em alguma eleição, qual(ais)? Porque razão (ver os custos do acto, as crenças sobre o peso do voto individual, indiferença, incapacidade de distinguir entre os partidos ou candidatos)</p>

#### 4. RESULTADOS

Dado tratar-se de um estudo de carácter exploratório, adopta-se uma estratégia analítica predominantemente indutiva. Assim, em cada componente do modelo de partida, apresentam-se ilustrações de testemunhos dos entrevistados, procedendo-se, em seguida a uma hipótese de categorização das variáveis.

##### 4.1. *Envolvimento na actividade política*

###### 4.1.1. Exposição a estímulos políticos

A exposição a estímulos políticos assume formas diversificadas. De entre elas, destaca-se a discussão de assuntos políticos com amigos ou colegas, a audição de programas de rádio, a lei-

tura de jornais e o visionamento de programas de televisão, podendo, nos três últimos casos, haver uma procura de artigos, programas ou publicações especializadas em matérias políticas. Em geral, os entrevistados não parecem privilegiar uma única fonte informativa, combinando os meios pelos quais obtêm informação. De qualquer modo, provavelmente por razões de selecção dos entrevistados (abstencionistas), os eleitores não se mostraram particularmente activos na procura da informação política. Os testemunhos seguintes ilustram estas posições.

*«Informo-me falando com amigos. Vejo TV, mas programas gerais. Se passar política, ouve-se, se não passar também não faz mal.»* (Entrev. 2)

*«Através de todos os meios de informação, tanto jornais como televisão e até consultando pessoas amigas. De uma maneira geral, quando compro o jornal leio-o todo de ponta a ponta, portanto, da política ao desporto é tudo a mesma coisa, é tudo um jogo e, por esse motivo, leio tudo.»* (Entrev. 3)

*«Bom... basicamente por via dos jornais, pela TV, telejornais, mas não de uma forma sistemática. E de uma forma mais forte, nas conversas ao almoço com outros colegas. Faço selecção na leitura e de facto os temas políticos e económicos são da minha especial atenção. Só quando o tempo não o permite.»* (Entrev. 5)

#### 4.1.2. Actividade política e social

A actividade política assume, uma vez mais, modalidades diversas, variando estas no grau de investimento que representam. De facto, entre os entrevistados, obtiveram-se modalidades de participação política que vão desde a ausência total, até à contribuição financeira para um partido político (no passado), passando pela participação activa em debates, em caravanas, em comícios, pelo estabelecimento de contactos com políticos, etc.

No caso particular das contribuições financeiras para algum partido ou candidato, as posições obtidas vão no sentido da rejeição, havendo dois tipos básicos de argumento: é da responsabilidade do Estado financiar a actividade partidária; é vista como uma forma de eliciar favores posteriores.

Vejam os testemunhos seguintes.

*«Neste momento não participo. Fui fundador do CDS, mas derivado às várias mudanças que se operaram nos últimos anos no partido, neste momento não me encontro identificado com ele (...) Assisti a alguns comícios, nomeadamente da AD, depois da campanha presidencial do Prof. Freitas do Amaral, e só isto. Depois disso, aliás, também assisti a alguns comícios e participei de certo modo no PSD, já no tempo do Prof. Cavaco Silva.»* (Entrev. 7)

*«Não. Nunca participei, nem nunca contribui. Acho que na economia nada se dá sem se querer alguma coisa em troca, geralmente as pessoas ou instituições que contribuem esperam contrapartidas.»* (Entrev. 8)

*«Não, não muito bem, porque se os partidos são do Estado, se se quiser manter um partido, tem que ser o estado a financiar. Portanto não concordo»* (com a contribuição financeira). (Entrev. 2)

#### 4.2. Inserção grupal

A inserção grupal enquanto determinante do modo como se apreende a realidade foi amplamente demonstrada pelos teóricos da identidade, nomeadamente pela escola de Genève. Neste quadro, é de supor que a pertença a um determinado grupo, não apenas condicione os processos de distintividade, como também proporcione os valores e os significados a atribuir à realidade.

Deste modo, a variável pertença grupal não será situada no campo estrito dos grupos políticos, mas, antes, no âmbito mais geral das pertenças a grupos sociais, com estatutos e interesses diversificados.

##### 4.2.1. Grupos de pertença

Quanto às pertenças grupais, obteve-se um quadro não só de auto-categorização generalizada em determinados grupos, como também se verifica que esta pertença assume uma importância acentuada, apesar de em alguns casos, se verificar a sua denegação. Vejam os testemunhos seguintes.

*«Pertença à Associação de caçadores de Bucelas (...). É uma associação importante, tem*



*imenso prestígio e influência sobretudo em meios rurais que é onde eu vivo.»* (Entrev. 4)

*«Sou sócio do Ginásio Clube Português e da ETK (Escola Tradicional de Karaté) (...) de um modo geral os grupos são importantes. Não é o meu caso, porque não pertença a nenhum grupo específico, e a participação que tenho no Ginásio Clube é irrelevante, mas com certeza que sim, é normal que as pessoas com quem nos relacionamos de uma maneira ou outra influenciam a nossa forma de estar e pensar (...). O Ginásio Clube é a única associação desportiva portuguesa que tem uma distinção olímpica, é um dos mais antigos e prestigiados clubes desportivos portugueses.»* (Entrev 8)

#### 4.2.2. Pertença partidária

No capítulo da pertença a uma força política, apenas três dos entrevistados tinham pertencido e, nestes casos, de forma muito activa, tal como se pode constatar pelas transcrições que se seguem:

*«Pertenci e participei activamente. Tinha várias funções: organização, agitação e propaganda, como se costuma dizer (...) Fiz o conjunto das funções, cheguei a ir à TV e tudo.»* (Entrev. 6)

*«Participei em várias campanhas activamente. Participei desde o nível de concepção (mesmo em termos de conteúdo) como interveniente em acções de informação e esclarecimento, em alguns comícios e efectuado outras tarefas de apoio, até mesmo colar cartazes. Participei em todas activa e profundamente.»* (Entrev 5)

De notar que qualquer destes entrevistados abandonou entretanto os partidos respectivos e hoje têm comportamentos abstencionistas variados.

#### 4.3. Representações e atitudes face à política e aos políticos

Neste ponto trata-se de analisar a informação relativa ao modo como se estruturam os conhecimentos que os eleitores entrevistados possuem acerca da política e dos políticos, bem como conhecer a orientação (positiva ou negativa) das atitudes face a estes dois domínios.

##### 4.3.1. O sistema político

As dimensões através das quais os entrevistados avaliam o sistema político nacional podem ser organizadas do modo seguinte:

**Distanciamento** – crença de que se faz política sem a participação da população:

*«Acho que é correcta a maneira como se faz política em Portugal, ao nível da oposição, no entanto, quer a oposição quer o governo nem sempre tomam as melhores medidas. Acho que não se toma em consideração a opinião dos portugueses, aí funciona muito mal (...).»* (Entrev. 1)

**Fragmentação do poder** – reflecte a crença de que a clivagem entre o governo e a presidência se traduz em ineficácia política:

*«(...) Pessimamente. Não há fiscalização, é uma tourada, agora o que se assiste, a guerra entre a Presidência da República e o Governo. Não deixam governar este governo, depois o governo diz que é o presidente que não deixa governar, ou é a oposição que está completamente dividida, enfim...»* (Entrev. 4)

**Estratégias pessoais** – traduz a crença de que o trabalho político se centra sobre os tópicos que assumem relevância para os políticos:

*«Em relação ao parlamento, acho que se fala muito e diz-se pouco, tudo funciona em termos de lobbies em que é discutido o que lhes interessa e não muitas vezes o que era de facto necessário.»* (Entrev. 8)

**Incompetência** – crença de que a política nacional se encontra nas mãos de pessoas cuja capacidade técnica para assumirem a responsabilidade de decidir sobre assuntos de interesse nacional é duvidosa:

*«De um modo geral, as discussões são de baixo nível, o discurso é... discute-se muito mas são coisas pouco importantes, e o que se discute é com pouca substância, é com pouco conteúdo, com abordagens simplistas, sem profundidade, das quais não há compreensão, nem saem orientações que permitam que as coisas ao serem postas em prática, tomem um curso que corresponde aos objectivos que foram declarados.»* (Entrev. 6)

**Dependência face à economia** – trata-se de uma visão do exercício da política como algo in-

teiramente dependente da correlação de interesses económicos do momento:

*«Acho que neste momento se faz política muito mal, porque há muitos interesses em jogo. E penso que de alguma forma a política está condicionada a interesses económicos e outros, que de alguma maneira vão condicionando a independência que os políticos deviam ter e que no fundo não têm. A gente pega no jornal e aparecem escândalos e casos de corrupção que vão sendo mais ou menos disfarçados, mas que no fundo deixam marcas, e daí o descrédito que de alguma forma os políticos estão a ter.»* (Entrev. 7)

**Despersonalização dos deputados** – é uma atitude próxima da anterior (dependência face à economia) agora centrada no conformismo dos deputados face aos respectivos partidos:

*«A grande questão é que os deputados não têm opinião específica. Porque o partido decide, mesmo que aquilo para uma pessoa não seja correcto, para um determinado político, a pessoa acaba por seguir o partido. Decisões que alguns deputados não concordam mas que acabam por votar a favor, porque fazem parte do partido, ou seja, não há uma liberdade dentro dos deputados. Há o partido, há o PSD, PC, CDS, PS, PSN, eles não votam por si mas sim pela opinião do partido. Faz de conta que temos só 5 deputados na Assembleia.»* (Entrev. 1).

**Institucionalização/burocratização** – crença de que a política, ao ser exercida através de instituições, sofre os problemas próprios das organizações burocráticas:

*«Aí sou muito céptico. As instituições são constituídas por pessoas, e eu quase tenho que entrar em contradição comigo mesmo, porque o que disse, que dou uma imagem positiva e um somatório positivo dos políticos, quando transpomos para as instituições as coisas levam-me a descrever (...) portanto, não sei até que ponto é que a própria estrutura não acaba ela própria por nos impor uma realidade que vai contra a nossa própria vontade. Penso que a estrutura tem tendência por norma para castrar, a impedir um sentido de afirmação mais positivo daquilo que é verbalizado, daquilo que é proposto, daquilo que é avançado (...) a tendência é sermos absorvidos pela estrutura.»* (Entrev. 5)

**Indiferença** – refere-se a uma atitude de indiferença, de despreocupação total com a actividade política, mas com uma tonalidade bastante negativa:

*«Como ligo pouco às instituições políticas e aos políticos, porque eu acho que não merecem que eu perca nem sequer um segundo com eles (já estou a perder muito tempo, agora, com esta conversa, com a política) acho que não me posso sequer pronunciar.»* (Entrev. 1)

**Degradação de valores** – corresponde a uma desvalorização clara da actividade política derivada do facto de se ter perdido a ancoragem em valores básicos da sociedade, principalmente a honestidade:

*«De uma maneira geral não se faz política de uma maneira muito diferente do que se faz lá fora, ou seja, muito mal. Basta ter um mínimo de atenção aos meios de comunicação, que nos últimos anos têm sido pródigos em situações a todo os títulos deploráveis, como a ligação de ministros e autarcas com a mafia e várias actividades ilegais, como é o caso da droga, subornos, desvio de fundos, etc.»* (Entrev. 8)

#### 4.3.2. Os políticos

Os domínios da percepção dos políticos que se revelaram mais ricos em termos informativos relacionam-se com o padrão de actuação dos políticos e o conjunto de crenças sobre a motivação para a carreira política.

No caso do *padrão de actuação dos políticos*, a análise das entrevistas realizadas permite identificar as dimensões seguintes:

**Inconsistência** – refere-se à naturalização da incoerência entre os discursos eleitorais e as práticas políticas reais:

*«Eles quando vão para lá, dá a impressão de que vão fazer bem, por isso lá dizem que vão fazer umas maravilhas, depois de lá estarem, talvez agarrados ao tacho, vão mexendo para bem deles.»* (Entrev. 3)

**Incapacidade** – é uma dimensão essencialmente positiva, que reflecte a incapacidade por vezes verificada em política de melhorar de facto o país:

*«A meu ver os deputados menos conhecidos baseiam-se mais naqueles grandes deputados.*

*Tentam arranjar leis melhores e tirar as piores e substituí-las. Tentam o melhor, mas por vezes não conseguem...»* (Entrev. 2)

**Incompetência** – consiste em olhar para a acção dos políticos sobretudo ao nível da profundidade e rigor das matérias em discussão:

*«(...) Muito fraca, globalmente fraco nível. Tem a ver com a avaliação 9/10 (em 20) que lhe disse agora. É um discurso vazio sem ideias. Está globalmente... poderia dizer que a discussão e o discurso político, memo no conjunto europeu, está extremamente atrasado. É até um nível baixo em termos de conteúdo, não tanto em termos de forma (...)»* (Entrev. 6)

**Distanciamento** – trata-se de uma visão da actividade dos políticos como algo de gabinete, afastada das preocupações da população:

*«Não se pode dizer que não têm trabalho, no entanto, penso que por vezes não se aproximam muito das populações e acabam por se refugiar com alguns conselheiros.»* (Entrev. 1)

**Interdependência** – trata-se de uma visão mais complexa da actividade política, na medida em que a situa no âmbito das relações de poder, em que cada um é fonte e alvo de influência, pelo que a resultante nem sempre é previsível:

*«Bom, eu tenho o foro político como uma actividade nobre, até porque estive por dentro. Penso que aqui há dois discursos. Há o discurso exterior, quando se olha para um político, pensa-se logo que é corrupto, que é um incompetente, que é um oportunista. A ideia que eu tenho não é essa, o que não quer dizer que não haja pessoas nessas condições, como o há em todas as outras actividades. Agora diremos que o poder é um mal necessário, e que à partida pode perverter e com uma certa facilidade. Se um indivíduo não tem alguma idoneidade, alguma ética, com facilidade cai. Há também uma atitude de manipulação. Quando se está na política, não se vê só corrupção, não estou a ver só dominação, mas também alguma necessidade de afirmação, que passa por uma postura autoritária em que se faz crer que quem está por dentro é que sabe e o outro não.»* (Entrev. 5)

**Inequidade** – esta dimensão remete para um sentimento de injustiça quando se comparam os investimentos que os políticos fazem (dedicação,

esforço, etc.) com as recompensas que auferem desta actividade:

*«Existe uma grande hipocrisia de uma maneira geral. Há situações elucidativas que é uma autêntica vergonha, por exemplo os subsídios, as reformas e vários outros benefícios que eles auferem em contrapartida do mau serviço que proporcionam ao país.»* (Entrev. 8)

No que respeita à *motivação para o exercício de funções políticas*, as dimensões surgidas são as que se apresentam seguidamente. De notar que da síntese de conjunto proporcionada pelo quadro-resumo (Quadro 3) resulta uma imagem de grande complexidade e mesmo interacção entre os factores determinantes da motivação política.

As transcrições seguintes constituem ilustrações destas dimensões:

*«Acho que há necessidades de prestígio, há objectivos de poder, mas acho que há necessidade de envolvimento na causa pública, e acho que na maioria das pessoas que estiveram ligadas à política, há uma propensão para manter isso. Costuma-se falar no bichinho da política, e há de facto uma certa paixão e interesse pela actualização sobre a causa pública, sobre a sociedade, sobre o que se passa, a possibilidade de estar no meio desse conjunto de problemas, de os acompanhar, de emitir opiniões sobre eles, e poder exprimir as suas opiniões, de poder ser ouvido, de poder ser reconhecido por essas mesmas opiniões.»* (Entrev. 6)

*«Simplesmente, por uma questão de alguma forma entrar no jogo de influências e no jogo de compadrio. Portanto é muito fácil filiarem-se ou dizerem que são do partido A ou B porque através disso depois apanham algumas situações que lhes possam vir a ser favoráveis, até na sua actividade profissional ou empresarial.»* (Entrev. 7)

#### 4.4. Valores

De acordo com Rockeach (1973), os valores consideram-se cognições sobre estados desejáveis, que despertam emoções favoráveis ou desfavoráveis e, quando activados, orientam o comportamento.

QUADRO 3

DIMENSÃO	EXEMPLOS
<b>Promoção da auto-estima</b>	Reconhecimento; equilíbrio psicológico
<b>Motivo de poder</b>	Paixão, bichinho da política, ambição de mando, vocação
<b>Motivação social</b>	Envolvimento na causa pública, crença de que conseguem melhorar o país
<b>Progressão individual</b>	Vaidade, dinheiro, prestígio, ascensão social, ganhar melhor posição para obter benefícios pessoais

QUADRO 4

VALORES PESSOAIS

**Oportunidades sociais** (direito ao trabalho, à constituição da família)  
**Participação** (política, social)  
**Bem estar social** (sentir-se bem com a família e com colegas)  
**Realização** (sucesso profissional)  
**Status** (afirmar-se na sociedade)  
**Desenvolvimento** (aperfeiçoamento intelectual)  
**Segurança** (estabilidade na profissão)  
**Lazer** (ter tempo livre)  
**Justiça**

4.4.1. Valores pessoais

Os valores pessoais dos entrevistados, após análise temática, podem ser sistematizados da seguinte forma (Quadro 4).

4.4.2. Valores relacionados com a política

Os valores relacionados com a actividade política foram inferidos a partir das opiniões dos entrevistados sobre os princípios que os políticos deveriam respeitar no modo como trabalham e os objectivos para a sociedade de qualquer governo. Após a análise foi possível inferir os seguintes valores (Quadro 5).

4.5. *Crenças relacionadas com o acto de voto*

Neste ponto analisam-se as motivações subjacentes aos comportamentos abstencionistas e o modo como é percebida a influência dos outros relevantes sobre a decisão de votar.

centes aos comportamentos abstencionistas e o modo como é percebida a influência dos outros relevantes sobre a decisão de votar.

4.5.1. Motivações e resultantes do comportamento abstencionista

A análise das razões apontadas pelos entrevistados como justificativos dos comportamentos abstencionistas permitiu construir uma tipologia do abstencionismo quanto à motivação. O Quadro 6 contém os resultados deste ensaio.

4.5.2. A influência social no comportamento abstencionista

Neste ponto pretende-se verificar em que medida o comportamento abstencionista é influen-

QUADRO 5

VALORES RELACIONADOS COM A POLÍTICA

**Diálogo** (ouvir a população)  
**Protecção/segurança** (eliminar o racismo, a droga e a delinquência)  
**Democracia** (respeito pela população)  
**Progresso** (promover a melhoria das condições de vida e o bem estar das populações)  
**Independência**  
**Honestidade**  
**Estabilidade social**  
**Direito ao trabalho**  
**Bem estar** (redução do desemprego, promoção da educação e da saúde)  
**Ética**  
**Competência**  
**Defesa da sociedade** (horizonte de longo prazo)

QUADRO 6

DIMENSÃO	EXEMPLOS
<b>Abstenção-cepticismo</b>	<i>Não acreditar nos partidos</i>  <i>Não acreditar nos candidatos</i>  <i>Não considerar os candidatos pessoas competentes para ocuparem os respectivos cargos ou lugares</i>
<b>Abstenção-Afastamento ideológico</b>	<i>Nenhum partido, ou candidato, defender uma ideologia com a qual se identifica</i>
<b>Abstenção-Indiferença</b>	<i>Por se sentir totalmente indiferente</i>  <i>Por considerar a política um assunto sem interesse</i>
<b>Abstenção-Negligência</b>	<i>Por ter outras coisas mais interessantes para fazer nos dias das eleições</i>  <i>Por comodismo (estar longe no dia das eleições, mau tempo, etc.)</i>
<b>Abstenção-Actividade</b>	<i>Por estar em desacordo com o sistema</i>  <i>Para mostrar a quem governa um sinal de protesto</i>
<b>Abstenção-desindividualização</b>	<i>Por considerar que o voto (sendo apenas 1) tem pouca importância no contexto geral do país</i>

ciado pelos outros relevantes na vida dos eleitores. A análise das entrevistas realizadas permitiu obter uma gradação da intensidade de influência, a qual pode ser representada como se segue (Quadro 7).

4.6. *Para uma tipologia de comportamentos abstencionistas*

De acordo com os dados obtidos, de que se apresentam alguns exemplos em seguida, parece

QUADRO 7

DIMENSÃO	EXEMPLOS
<b>Compreensão</b>	Encaram com naturalidade, pois são capazes de fazer o mesmo
<b>Permissividade</b>	<i>Não se importam</i> <i>Respeitam a minha posição, por ser uma coisa muito pessoal</i>
<b>Influência passiva</b>	<i>Alguns não gostam, mas acabam por não dizer nada</i> <i>Ficam admirados com a minha indiferença em relação à política</i>
<b>Influência activa</b>	<i>Criticam esse acto</i> <i>Tentam fazer com que vá votar</i>

ser possível constituir uma tipologia de comportamentos abstencionistas. De notar que esta tipologia não considera a abstenção técnica nem a abstenção derivada de dificuldades conjunturais de votar (doença, ausência, etc.), por não dependerem da vontade de participação dos eleitores.

- **abstenção crónica** – comportamento característico dos indivíduos que nunca votam;

- **abstenção selectiva** – comportamento próprio dos eleitores que apenas votam em determinado tipo de eleição, por exemplo, nas autárquicas, nas legislativas, etc.;

- **abstenção activa** – referente aos eleitores que se abstêm por considerarem que este acto possui um significado político;

- **abstenção flutuante** – característica das pessoas que votam por razões meramente conjunturais, como a existência de uma grande disputa política numa dada, ou por identificação com um dos líderes.

Transcrevem-se de seguida alguns extractos das entrevistas ilustrativos desta tipologia:

- O **tipo de eleição** (europeias, autárquicas, legislativas e presidenciais) provoca disparidade entre os entrevistados quanto à importância e ao efeito mobilizador de cada eleição. Por exemplo, considerem-se as três ordenações (por ordem decrescente de capacidade mobilizadora do voto) formuladas por alguns entrevistados: *legislativas, europeias, presidenciais e autárquicas* (Entrev. 8); *presidenciais, legislativas, autárquicas* e

*europeias* (Entrev. 1) *legislativas, presidenciais, autárquicas e europeias* (Entrev. 5).

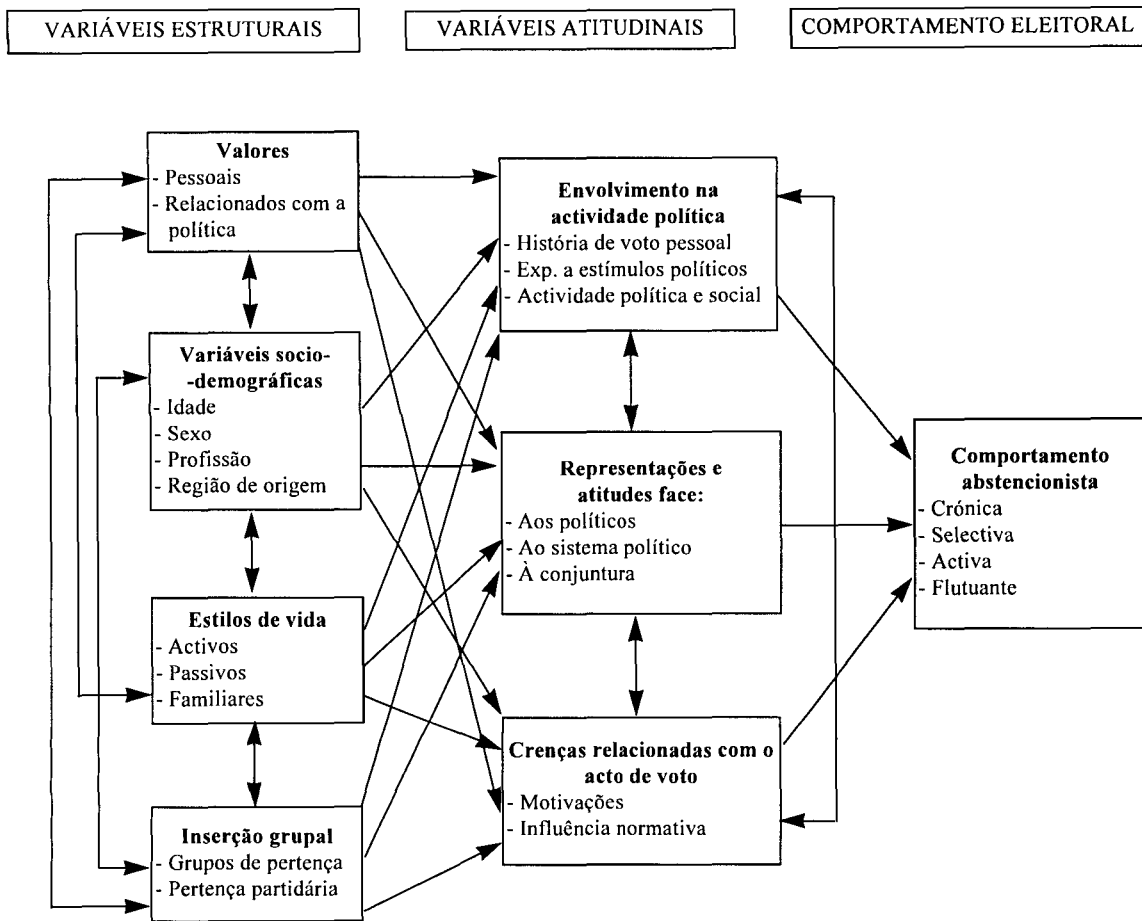
- A **personalidade dos candidatos**, ou cabeças de lista, parece também ter um efeito significativo na determinação do voto. Por exemplo: *«Não considero que haja diferença entre eleições. Todas são importantes porque quando se vai eleger alguém é para esse alguém dentro do governo, dentro das câmaras ou do que for, é para nos governar, portanto nós temos que votar naquele que achamos que é capaz de fazer melhor. Agora se não aparece nenhum que eu veja que possa ser o melhor, não voto.»* (Entrev. 3)

- O **contexto político**, desempenha igualmente um papel determinante na decisão de voto. Vejamos o testemunho seguinte: *«Mas também isso é circunstancial, depende muito do contexto em que as coisas se processam. Obviamente que quando digo que até gostaria de ter ido votar quando foi do Sampaio, não significa que tenha uma preferência pelas autárquicas, pelo contrário, nos anos anteriores até se passava o contrário, menos importante as autárquicas e mais as legislativas. Portanto depende muito dos momentos, uma certa utilidade do voto (...)*» (Entrev. 6)

##### 5. CONCLUSÃO: PROPOSTA DE UM MODELO PARA O ESTUDO DO ABSTENCIONISMO ELEITORAL

A breve revisão de literatura efectuada e o re-

FIGURA 4  
Especificação do modelo de partida



sultado do conjunto de dados do estudo exploratório que acabamos e apresentar, permitiram o desenvolvimento de um modelo para o estudo da abstenção que se encontra neste momento em fase de teste. Embora existam já dados recolhidos que nos permitiriam uma discussão fundamentada do modelo proposto e a sua eventual simplificação, optámos neste artigo por não apresentar esses dados uma vez que o trabalho não está completamente terminado e que existe uma obrigação de confidencialidade sobre os resultados perante a entidade financiadora deste estudo. A Figura 4 contém uma representação esquemática do modelo proposto.

#### REFERÊNCIAS

- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1980). *Understanding and predicting social behavior*. New Jersey: Prentice-Hall
- Almond, G., & Verba, S. (1980). *The civic culture revisited*. New York: Little Brown.
- Barnes, S., Kaase, M. et. al. (1979). *Political action: mass participation in five western democracies*. London: Sage.
- Dye, T., & Zeigler, H. (1970). *The irony of democracy*. Duxbury.
- Gaxie, D. (1978). *Le sens caché*. Paris: Seuil.
- Himmelweit, H., Humphreys, P., & Jaeger, M. (1985). *How voters decide*. Buckingham: Open University Press.

- Lancelot, A. (1968). *L'abstentionisme électoral en France*. Paris: PFNSP.
- Milbrath, L., & Goel, M. (1977). *Political participation*. New York: Rand MacNally.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research: grounded theory procedures and techniques*. Newbury Park: Sage.
- Verba, S., & Nie, N. (1972). *Participation in America*. New York: Harper and Row.

#### RESUMO

O presente artigo constitui um ensaio de criação de um modelo para o estudo da abstenção eleitoral em Portugal. Após uma breve revisão dos principais mo-

delos de comportamento eleitoral e da análise de 8 entrevistas em profundidade a outros tantos abstencionistas, propõe-se um modelo sensível quer às perspectivas teóricas revistas, quer aos dados obtidos no estudo exploratório.

#### ABSTRACT

The present article is an essay to create a model to study electoral abstainers in Portugal. After a brief review of the main models of electoral behavior, and of the analysis of 8 depth interviews to some abstainers, we propose a sensitive model to both reviewed theoretical perspectives and the data obtained in the exploratory study.